



CONGRESSO NACIONAL

Senado Federal
Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas
Recebido em 24/11/2008, às 17:25
/ estagiário

MPV - 447

00030

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 24/11/2008	proposição Medida Provisória nº 447 de 2008			
Autor Dep. Fernando Coruja	nº do prontuário 478			
1 <input type="checkbox"/> Supressiva 2 <input type="checkbox"/> Substitutiva 3 <input type="checkbox"/> Modificativa 4 (x) Aditiva 5. Substitutivo global				
Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				
<p>Acrescente-se à MP nº 447, de 2008, o seguinte art. 8º, renumerando-se os demais:</p> <p>“Art. 8º Para efeito da entrega aos Estados e Municípios dos recursos referentes ao respectivo Fundo de Participação, com relação aos recursos arrecadados nos meses de novembro e dezembro de 2008, considerar-se-á montante da arrecadação equivalente àquele registrado nos prazos anteriores aos fixados nesta lei para pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda Retido na Fonte pertencente à União, utilizando-se para esse efeito a média dos resultados obtidos no período de janeiro a outubro de 2008.</p> <p>Parágrafo único. Apurada a arrecadação efetiva, de acordo com os prazos fixados nesta lei, a União efetuará os ajustes que se fizerem necessários em relação à entrega dos recursos a que se refere o <i>caput</i>.”</p> <p>JUSTIFICAÇÃO</p> <p>Não obstante os nobres objetivos da MP nº 447, de 2008, diante do atual cenário de restrição de crédito que se observa nos âmbitos externo e interno, devemos preservar os valores dos repasses para Estados e Municípios, em especial nesses últimos meses do ano, devido à elevação sazonal das despesas com pessoal.</p> <p>A ampliação dos prazos para pagamento do IPI e para recolhimento do Imposto de Renda Retido na Fonte pertencente à União provocará, certamente, problemas de caixa para esses entes federados, principalmente para os municípios, podendo, inclusive, trazer sérios problemas para as contas de algumas prefeituras, impossibilitando muitas vezes o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, deixando esses governantes municipais em fim de mandato em situação constrangedora.</p> <p>Estamos, pois, propondo que os repasses para o FPE e FPM sejam efetuados com base em uma estimativa de arrecadação com base nos prazos anteriores às modificações propostas pela MP.</p> <p>Posteriormente, apurada a efetiva arrecadação com base nos novos prazos, a União faria os ajustes necessários, considerando as diferenças a maior ou a menor em relação aos valores repassados.</p> <p>Sala das sessões, 24 de novembro de 2008.</p> <p>Deputado Fernando Coruja (PPS/SC)</p>				

